

Relatório e Contas



2022

ÍNDICE

01 Mensagem da Gerência

02 Relatório de Gestão

04 Alguns Indicadores

07 A empresa

**34 Demonstrações
Financeiras**

**39 Certificação Legal de
Contas**

**43 Anexo às Demonstrações
Financeiras**



Mensagem da Gerência

O ano 2022 ficou marcado pelo fim da maioria das restrições impostas pela Covid-19, o que permitiu o regresso à normalidade de todo um País.

O ano fica também marcado pela subida acentuada dos preços dos materiais em resultado de uma escassez de matérias primas, que colocou à gestão de todas as empresas um desafio que já não era sentido há muitos anos.

O controlo da despesa passou a ter uma atenção redobrada, permitindo uma melhoria da eficácia dos recursos existentes. As revisões de preços ordinárias e extraordinárias foram cuidadosamente estudadas de modo a conseguirmos compensar a subida dos materiais.

A política seguida pela empresa permitiu que os Resultados Líquidos do Exercício praticamente duplicassem de 2021 para 2022, mesmo embora o volume de negócios tenha reduzido 8,8%.

No que diz respeito aos fluxos de caixa, o ano 2022 manteve fluxos positivos, tal como em 2021.

Relativamente aos financiamentos assistiu-se em 2022 a uma redução de cerca de 2 milhões de euros, o que permitiu atingir um nível histórico no rácio da dívida líquida relativamente ao EBITDA de 1,24.

Pelos fatos atrás apresentados, bem como por outros que podem ser observados neste relatório podemos considerar o ano 2022 como um ano cheio de desafios, mas com resultados acima da média dos últimos anos.





Relatório de Gestão

2022

António Saraiva & Filhos, lda



Introdução

No ano de 2022, o PIB Português registou um crescimento de 6,7% em volume, o mais elevado desde 1987, conforme publicação do INE.

Após uma quebra de 8,3% em 2020, um crescimento em 2021 de 5,5%, o PIB volta a crescer em 2022.

Em termos nominais, o PIB aumentou 11,5% em 2022, valor superior aos 7,1% apresentados em 2021, ainda segundo a mesma fonte.

De acordo com os serviços estatísticos da União Europeia (Eurostat) o Produto Interno bruto (PIB) dos 27 estados membros desacelerou para os 3,5%, depois de ter ficado nos 5,4% no ano 2021.

O ano 2022 ficou marcado pela grande discrepância entre os PIB de cada país e uma influência significativa do aumento da taxa de inflação.

No que diz respeito à atividade em Portugal e mais especificamente no setor de obras públicas e de acordo com o Barómetro das Obras Públicas publicado pela AICCOPN (Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas) em 2022 foram promovidos 3.825 concursos de empreitadas de obras públicas, no montante global de 3.657,6 milhões de euros.

Este valor corresponde a uma redução de 3% face ao valor de 2021, mostrando uma diminuição no valor dos concursos públicos promovidos.

Relativamente aos concursos públicos celebrados estes totalizaram 2.479 milhões de euros, que traduz uma diminuição de 34% em termos homólogos (em 2021 registaram-se 3.766 milhões de euros de contratos celebrados) e uma diminuição de 1.286 milhões de euros em termos absolutos.

De realçar a diferença existente entre o valor dos concursos públicos promovidos (3.783 milhões de euros) e o valor dos concursos públicos celebrados (2.479 milhões de euros). No ano 2021 o valor dos contratos promovidos e celebrados foi muito idêntico, a saber, 3.783 milhões de euros e 3.766 milhões de euros respetivamente.

Em resumo, o ano 2022 registou uma diminuição a todo nível, quer dos contratos promovidos, dos contratos celebrados e dentro destes uma diminuição em todos os tipos de contratos (concursos públicos, ajustes diretos e outros contratos).

Tendo em conta o tempo que medeia entre a promoção dos contratos e a execução dos mesmos, será expectável que se assista a uma diminuição dos valores dos contratos executados no ano de 2023.

Alguns Indicadores



Pag. 4

	2018	2019	2020	2021	2022	Varição 2021/2022
Vendas e prestação de serviços	13.165.595,52	13.088.367,33	16.452.318,98	19.376.473,10	17.664.612,31	-8,8%
Nº Trabalhadores	121	126	140	156	152	-2,3%
EBITDA	578.340,60	726.223,58	881.418,83	1.004.900,12	1.194.587,33	18,9%
EBITDA/Vol. Negócios	4,4%	5,5%	5,4%	5,2%	6,8%	30,4%
EBIT	329.809,67	411.912,63	511.059,15	579.877,11	744.419,10	28,4%
EBIT/Vol. Negócios	2,5%	3,1%	3,1%	3,0%	4,2%	40,8%
Ativos não corrente	3.000.666,43	2.999.814,84	3.900.547,89	5.024.023,49	5.294.034,83	5,4%
Total capital proprio	3.436.280,45	3.535.478,01	3.923.808,81	4.248.395,02	4.892.031,06	15,2%
Resultados Líquidos	150.037,41	164.914,98	388.330,80	324.586,21	643.636,04	98,3%

Enquadramento

O ano 2022 foi o primeiro ano pós pandemia, com a retoma da possível normalidade. No entanto, este ano continua muito marcado pela guerra na Ucrânia e os seus efeitos. O ano foi marcado pela continuação de uma forte subida nos preços dos materiais, o que colocou uma enorme pressão nas margens praticadas.

O equilíbrio entre a constituição de stocks de modo a conseguir manter as margens orçamentadas e a pressão de tesouraria em virtude da massificação da utilização desta estratégia foi uma constante durante este ano.

A dificuldade criada pelo dilatar dos prazos entre a adjudicação da obra e a sua execução colocou uma forte pressão nas margens provocada pelo aumento consecutivo dos preços das matérias. Este foi o maior desafio que enfrentámos durante o ano 2022.

Em 2022, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), segundo o INE, registou uma variação média anual de 7,8%, valor mais elevado desde 1992. A variação homóloga em dezembro 2022 foi de 9,6%.





No que diz respeito ao valor das obras adjudicadas à António Saraiva & Filhos, Lda (em Portugal), no final do ano 2022 registou um acréscimo de 2,16 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, conforme retrata o gráfico seguinte. Após dois anos (2019 e 2020) em que o valor das obras adjudicadas ficou acima dos 30 milhões de euros, no final do ano 2022 este valor situou-se nos 25,45 milhões de euros.

Comparando os valores faturados e os valores das obras em carteira verificamos que ao aumento do volume de negócios desde 2019 tem forçado a diminuição dos valores das obras em carteira. No ano 2022 registou-se uma diminuição do volume de negócios, tendo registado um aumento no valor das obras em carteira. Verifica-se assim uma consistência nos valores das obras ganhas ao longo dos últimos anos.



Continuaremos atentos ao mercado das obras públicas de modo a garantir a manutenção dos níveis de obras ganhas e obras em carteira, aproveitando as oportunidades anunciadas de investimento público.

Pag. 6





A Empresa

Volume de negócios



O volume de negócios da empresa em 2022 sofreu um ligeiro recuo face à evolução que tinha vindo a apresentar nos últimos anos. O valor atingido foi de 17,66 milhões de euros correspondente a uma diminuição de 8,8% face ao ano 2021.

Esta redução no volume de negócios é maioritariamente explicada pela reduzida faturação registada nas obras fora de Portugal, nomeadamente, em Moçambique.

No entanto, é de salientar um volume de negócios francamente elevado, face à média apresentada pela empresa e bastante ajustado à estrutura da própria empresa.

Os melhores meses de 2022 em termos de volume de negócios foram os de Maio e Outubro.





Número de trabalhadores

No mesmo sentido do volume de negócios, o ano 2022 apresentou uma redução do número de trabalhadores, contrariando a tendência de crescimento dos últimos anos.

A média do ano 2022 foi de 152 trabalhadores, menos 4 que no ano 2021.

Esta quebra é o resultado da dificuldade de contratação de mão de obra, que leva a uma diminuição da produção efetuada pelos funcionários da própria empresa.

Durante o ano 2022 assistiu-se a uma redução gradual do número de funcionários, como é prova o gráfico seguinte.

A empresa continua a sua política de contratação de pessoal mais jovem, nomeadamente através de contratos de estágios profissionais, junto do IEFP, contudo sem conseguir contrariar a média de idades dos funcionários, que continua a aumentar.

Continua ativo e até reforçado o programa de contratação de mão de obra estrangeira, de modo a colmatar as dificuldades sentidas no mercado nacional. Apesar de um processo moroso e bastante burocrático, certo é que a empresa tem conseguido obter resultados positivos, nesta área.





Todos os trabalhos não executados com recurso à mão de obra própria, recorremos a subempreitadas que no ano 2022 representaram 7,43 milhões de euros, cerca de 42% do nosso volume de negócios.



Resultados Líquidos

Os Resultados Líquidos do ano 2022 registaram o melhor valor de sempre. A empresa registou valor de 643.636,04 euros que representa um aumento de 98,3% relativamente ao ano anterior. Em termos absolutos, este aumento representa 319.049,83 euros.

Em termos percentuais o Resultado Líquido fixou-se nos 3,6% do volume de negócios, valor bastante superior aos 1,7% verificado em 2020.

Como podemos verificar no gráfico seguinte, após um ano de ligeira redução do Resultado líquido, este volta a crescer em 2022.

Tendo em conta que os valores médios relativamente às médias empresas com CAE 429 – construção e outras obras de engenharia se situaram nos 2,3% no ano 2021, entendemos que o resultado apresentado no ano 2022 se situe acima da média do setor.



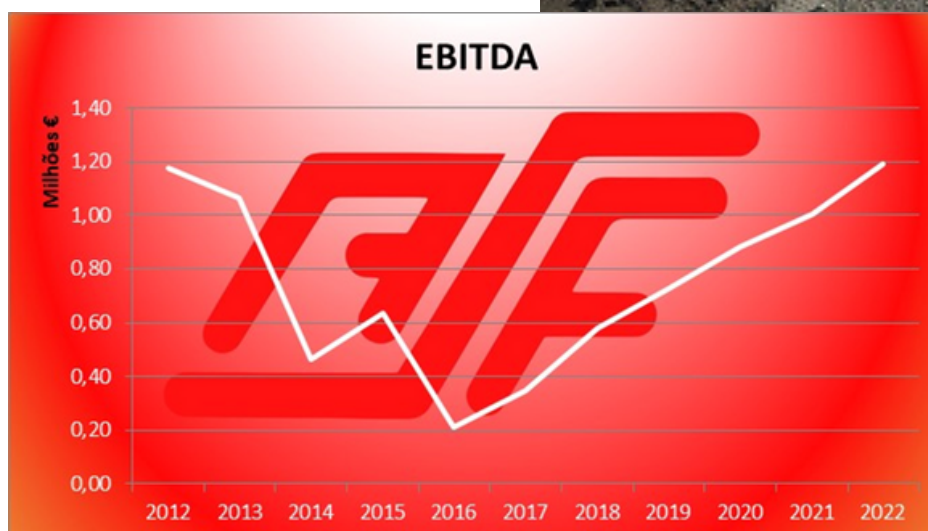
EBITDA

Relativamente ao EBITDA (earnings before interests taxes depretiations and amortizations), no ano 2022 apresentou um valor de 1.194.587,33 euros, também ele o melhor valor desde sempre.

Este indicador cresceu 18,9% comparativamente com o ano 2021 e desde 2016 que tem crescido ininterruptamente.

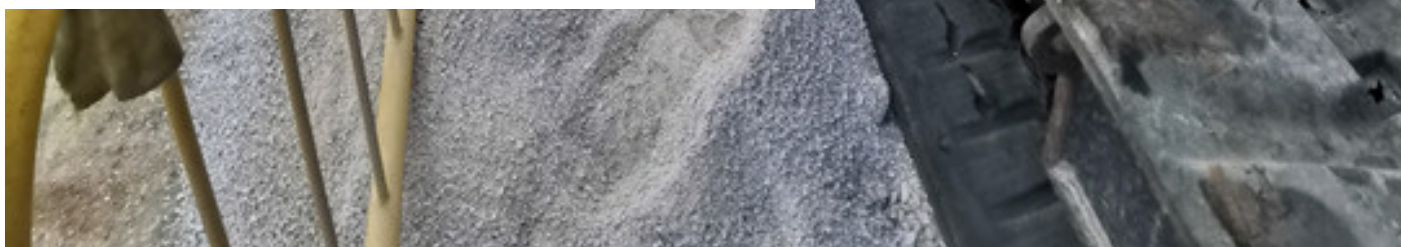
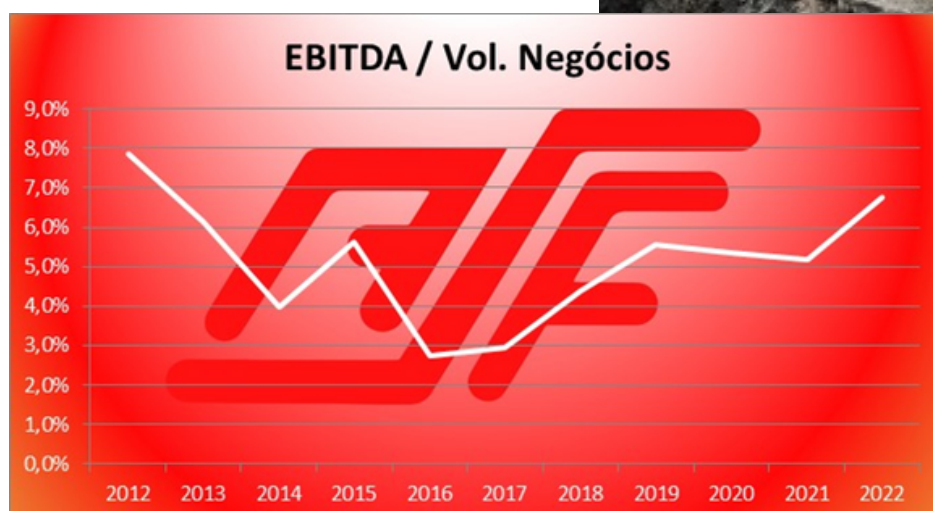
Relativamente à relação deste indicador, com o volume de negócios, verificámos um crescimento de 5,2% em 2021 para 6,8% em 2022.

Este valor é o mais elevado dos últimos nove anos. Temos assistido a uma diminuição das margens praticadas desde 2010, com a redução deste valor de forma gradual até 2016, mas desde então que este indicador tem dado mostras de recuperação até aos dias de hoje, apenas com uma ligeira variação negativa nos anos de 2020 e 2021.

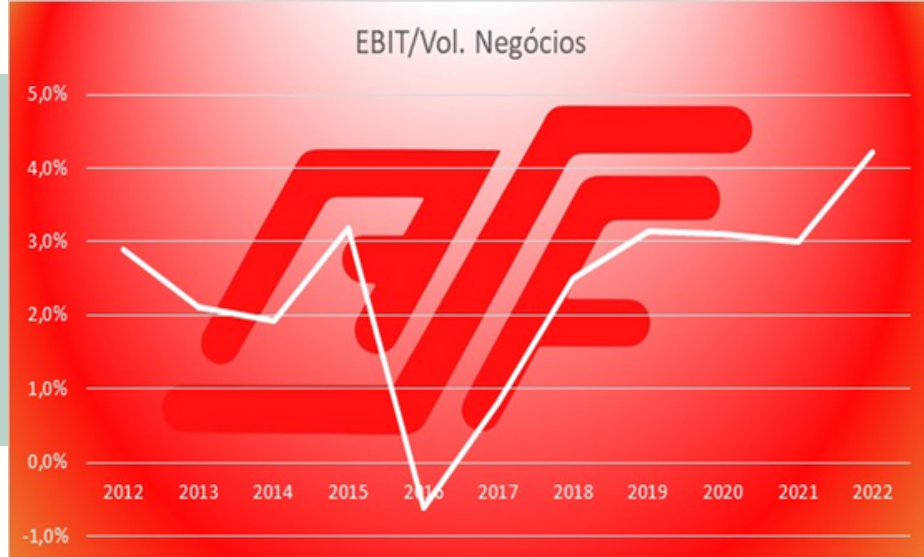




De acordo com o estudo promovido pelo Banco de Portugal, “Quadros da Empresa e do Setor”, relativamente às médias empresas cuja atividade de enquadra no CAE 429 – construção e outras obras de engenharia, no ano 2021, este indicador situou-se nos 6,6%.



EBIT



O indicador de EBIT (Earnings Before Interests and Taxes)

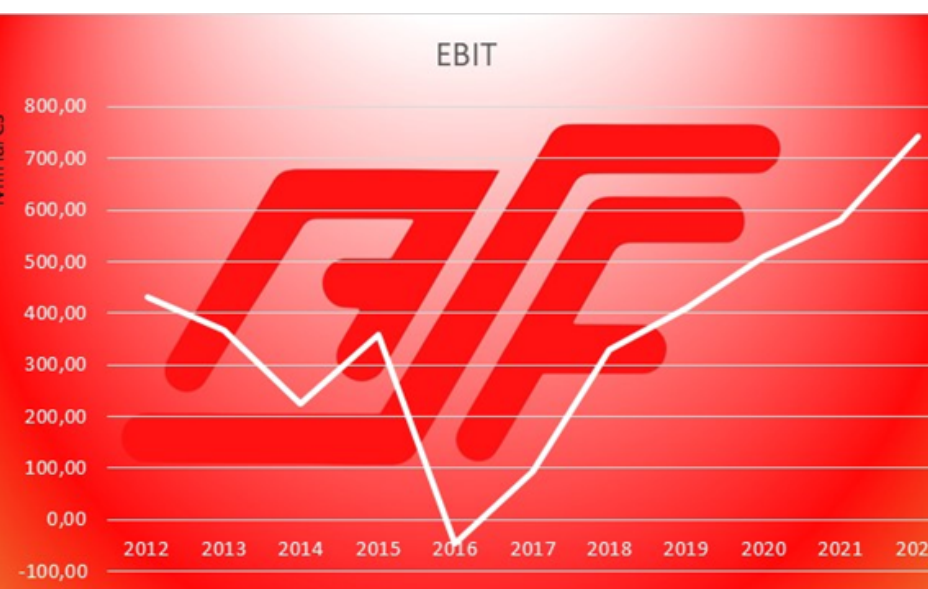
apresentou em 2022 um aumento de 28,4% relativamente ao ano 2021. O ano 2022 registou o maior valor desde sempre relativo ao EBIT, fixando-se nos 744.419,10 euros.

Desde 2016 que este indicador tem subido de forma consistente, registando pela primeira vez na história da empresa um valor acima dos 700 mil euros.

Apesar do valor das amortizações e depreciações terem registado um aumento relativamente ao volume de negócios da empresa, de 2,2% para 2,5%, este fator não foi suficiente para que a empresa conseguisse apresentar o melhor EBIT de sempre.

Comparando o EBIT em função do volume de negócios, o valor apresentado em 2022 foi o melhor dos últimos 12 anos, ficando acima da fasquia dos 4%, mais precisamente nos 4,2%.

Mais uma vez, se compararmos este indicador com estudo promovido pelo Banco de Portugal, "Quadros da Empresa e do Setor", relativamente às médias empresas cuja atividade de enquadra no CAE 429 - construção e outras obras de engenharia, no ano 2021, que se situou nos 3,9%, apresentamos um valor superior ao mesmo.



ATIVO NÃO CORRENTE

Prosseguindo uma política de reforço dos investimentos especialmente em ativos fixos tangíveis, o ano 2022 apresenta mais um aumento na rubrica de ativos não correntes. Desta feita, o valor situou-se nos 5.294.034,83 euros que representa um aumento de 5,4% relativamente ao ano anterior.

Este valor é o mais elevado desde sempre, que denota uma política intrínseca da empresa, de reforço e atualização dos seus investimentos em equipamentos.

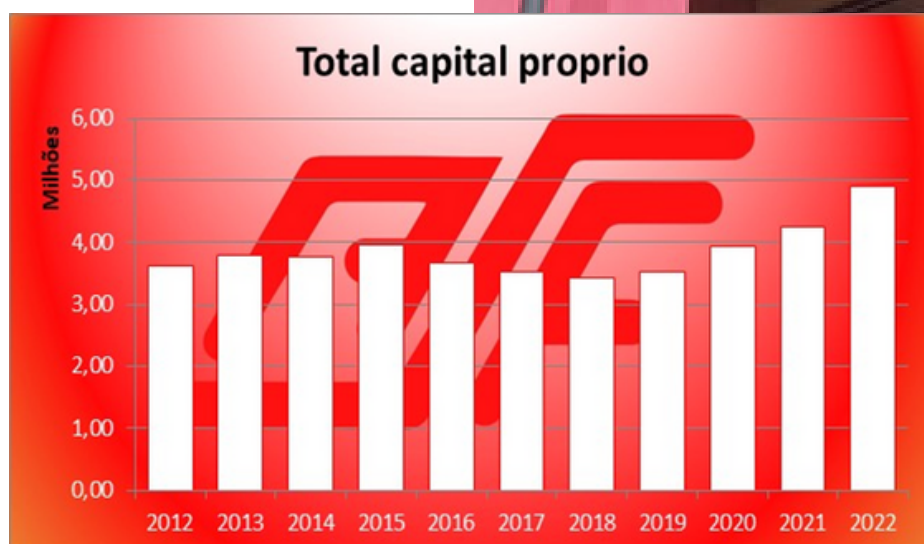
Relativamente aos investimentos financeiros a empresa continua com o seu investimento na empresa Codal, Engenharia e Construção, Lda, empresa de direito Moçambicano, empresa subsidiária desta.



Capital Próprio

Fruto da contínua política de não distribuição de resultados, o ano 2022 apresenta um valor de Capitais Próprios reforçado. O valor apresentado em 2022 é de 4.892.031,06 euros e apresenta um aumento face ao ano anterior de 15,2%.

O valor apresentado pela empresa no que diz respeito aos Capitais próprios é em muito superior à média apresentado pelo “Quadros da Empresa e do Setor” relativo às médias empresas que apresentam o CAE 429 – Construção e outras obras de engenharia civil, que em 2021 era de 3,2 milhões de euros.



FINANCIAMENTOS

Relativamente aos valores de financiamentos, o ano 2022 apresenta uma diminuição de 31% face ao ano 2021. Em termos absolutos a 31 de dezembro 2022 a empresa apresenta o valor de 4.438.813,72 euros, o que se traduziu numa redução de 1.995.476,45 euros face ao valor apresentado no mesmo período do ano anterior.

Este decréscimo nos valores dos financiamentos resulta da política da empresa de redução de dívida face à atual conjuntura de aumento do custo dos financiamentos.

O valor de 2022 é o valor mais baixo dos últimos 7 anos e o segundo mais baixo dos últimos 12 anos.



Relativamente aos financiamentos obtidos em relação ao volume de negócios da empresa, este valor fixou-se nos 25,1%, valor mais baixo dos últimos 12 anos. Este valor, situa-se abaixo da média do setor, que em 2021 registou 27,48% (segundo os Quadros da Empresa e do Sector do banco de Portugal, relativo às médias empresas com CAE 429 - Construção de outras obras de engenharia civil).

Relativamente às fontes de financiamento, no final do ano dividiam-se entre empréstimos bancários e leasings, nos valores de 3.724.095,44 euros e 714.718,28 euros respetivamente.

Relativamente ao indicador de dívida líquida este regista o menor valor de que há registo, ou seja 1.475.708,39 euros, que representa uma diminuição de 2.169.172,06€, que em termos relativos significa uma redução de 59,5%.

Em dois anos, este indicador apresentou uma redução de 2,8 milhões de euros.

Relacionando a dívida líquida com o EBITDA, verificamos que mais um indicador a apresentar o valor mais baixo de sempre, ou seja de 1,24. Valor muito abaixo da média do sector apresentado no “Quadros da Empresa e do Setor” relativo às médias empresas que apresentam o CAE 429 - Construção e outras obras de engenharia civil, que em 2021 estava em 4,21.

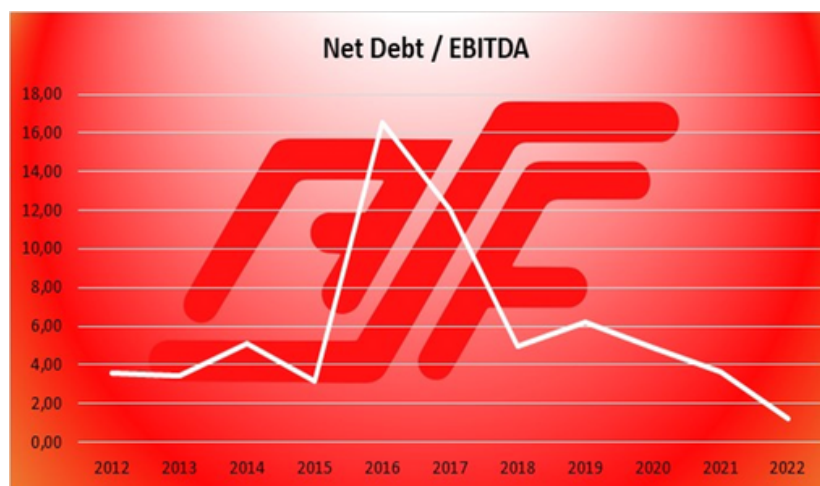
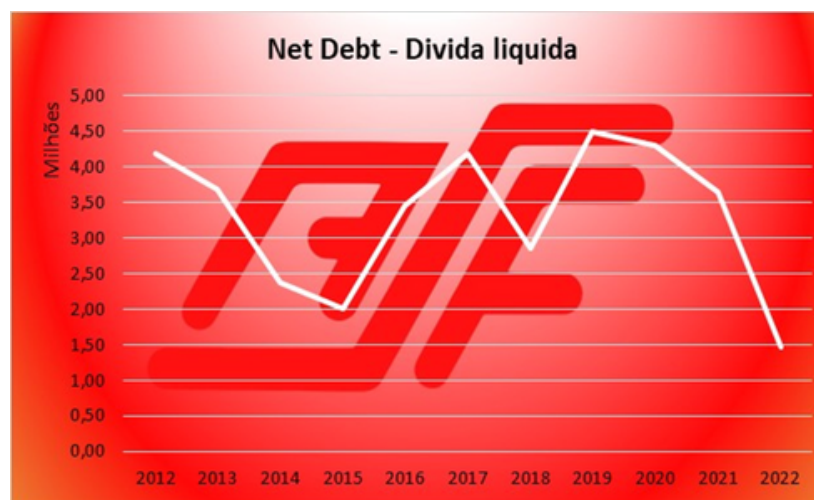
Relativamente aos custos com os financiamentos, em termos absolutos reduziu 19.300,85 euros em 2022, comparando com 2021. Em termos absolutos o valor fixou-se nos 99.594,13€, que pela primeira vez fixou-se abaixo da barreira dos cem mil euros.

No entanto e conforme temos vindo a assistir, o custo dos financiamentos tem vindo a registar um aumento cada vez mais significativo, muito por culpa do aumento da própria Euribor.

A empresa, fruto desse reflexo, viu o custo do financiamento a subir de 1,85% em 2021 para 2,24% em 2022.

Apesar do aumento em termos relativos, a empresa tem conseguido manter o valor absoluto abaixo do ano anterior, fruto da redução do valor dos financiamentos obtidos.

Se compararmos a taxa obtida com a taxa indicada pelo banco de Portugal, no estudo sobre “Quadros do Setor”, relativamente às empresas com a atividade CAE 429 - Construção de outras obras de engenharia civil e com a dimensão de média empresa, o estudo apresenta para um custo de financiamento médio de 2,2 no ano de 2021.



Prazos Médios

Pagamentos e Recebimentos



No ano 2022 assistiu-se a uma forte pressão sobre os prazos médios de pagamento, efetuada pelos subempreiteiros e pelos fornecedores em geral, que para garantir preços competitivos tentam ao máximo reduzir os seus prazos de recebimento.

No que diz respeito aos subempreiteiros de mão de obra assistiu-se a uma pressão enorme, uma vez que a escassez de mão de obra levou a que estes possam escolher onde trabalhar e a ditar algumas regras, nomeadamente quanto aos prazos de recebimento.

Foi com essa pressão, que continuamos a registar valores recordes nos prazos médios de pagamento, de 52 dias, valor exatamente igual ao do ano anterior.

Com este indicador em baixa permite-nos garantir mão de obra ao nível dos subempreiteiros para a execução das nossas obras.

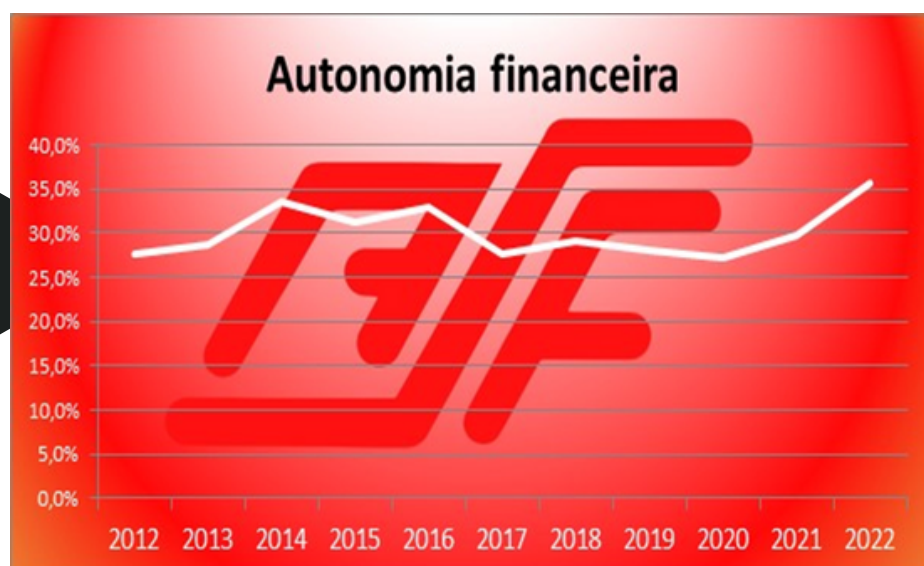
Infelizmente, do lado dos prazos médios de recebimento, não conseguimos sequer obter os valores do ano anterior. Em 2021, em média recebemos a 44 dias, mas em 2022 este indicador fixou-se nos 64 dias em média para receber as faturas.

Esta situação voltou a inverter o inédito registado em 2021, onde o prazo médio de recebimentos ficou abaixo do prazo médio de pagamentos.

Quanto à comparação com o sector, de notar que segundo o Banco de Portugal no seu relatório "Quadros da Empresa e do Sector", no que diz respeito às médias empresas com o CAE 429 - Construção e outras obras de engenharia civil, em 2021 os prazos médios de pagamento ficaram nos 76 dias e o de recebimento nos 83 dias.

Podemos assim registar que os valores obtidos, quer em 2021, quer em 2022 são melhores do que os registados em 2021 na média do setor onde a empresa está inserida.

Autonomia Financeira



O indicador de autonomia financeira, que relaciona o capital próprio com o total do ativo líquido, ou seja, apresenta a percentagem dos ativos que está a ser financiada por capitais próprios apresenta, em 2022 um aumento de 5,8%, passando dos 30% em 2021 para os 35,6% em 2022.

Este indicador apresenta valores médios dos últimos 10 anos de 30,1% e regista o maior valor de sempre em 2022 ultrapassando a fasquia dos 35%, como pode ser observado pelo gráfico seguinte.



Liquidez Geral

Este indicador que compara os ativos de curto prazo, com os passivos de curto prazo e registou um aumento de 1,37 em 2021, para 1,39 em 2022.

Este aumento, verificou-se essencialmente devido à diminuição na rubrica de Outros créditos a receber que foi em valor superior à diminuição dos financiamentos obtidos.

ESTRATÉGIA

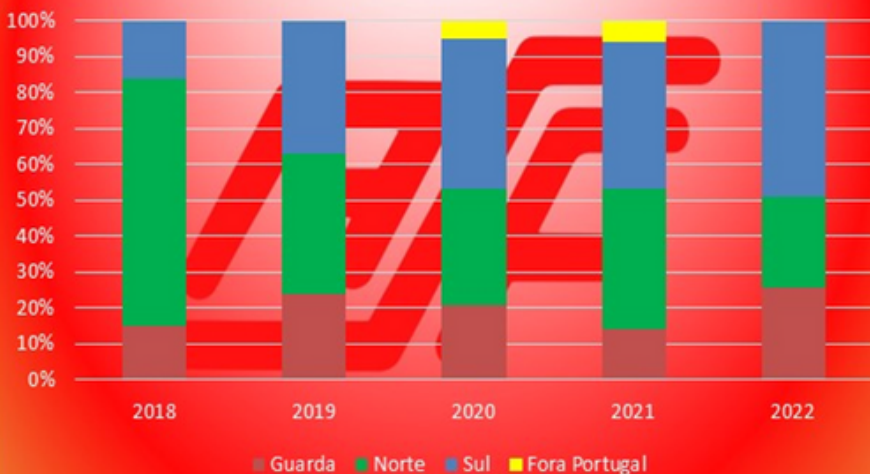
A estratégia delineada pela empresa há alguns anos atrás, teve o ano 2022 como o ano de obtenção dos seus melhores resultados, mesmo que não fosse o melhor ano de volume de negócios.

Podemos considerar o ano 2022 como um dos melhores de sempre da empresa, não só pelo resultado atingido, mas também de uma série de outros indicadores que atingiram o seu melhor nível este ano.

Uma das vertentes da estratégia adotada pela empresa, foi de ter uma presença mais marcante a sul do país, situação que tem vindo a ser consolidada nos últimos anos.

Podemos assim dividir o volume de negócios da empresa praticamente a meio, ou seja, a faturação a sul de Portugal representou, em 2022, 49% da atividade da empresa, enquanto que a norte ficaram os remanescentes 51%. Isto porque a atividade fora de Portugal ficou reduzido a pouco mais de 100 mil euros, neste ano. Dividindo os 51% da atividade da empresa que foram executadas na região Norte, temos que 26% foram executados no distrito da Guarda e 25% em outros distritos do norte do país.

% FATURAÇÃO POR LOCALIZAÇÃO



Verifica-se pelo mapa em cima, que as obras executadas a sul de Portugal têm vindo a “ocupar” um lugar cada vez mais de destaque no volume de negócios da empresa.

De acordo com as obras já adjudicadas, perspectiva-se que durante o ano 2023 esta relação se mantenha entre as várias áreas aqui analisadas.

Já relativamente ao tipo de obras executadas verificamos que as obras em edifícios e outras construções representaram em 2022, 71% da faturação da empresa, contrastando com os 57% apresentados no ano 2021. Claramente este ramo de atividade passou a ter um peso cada vez maior. Veja-se a progressão ao longo dos últimos anos. Em 2015 esta atividade representava apenas 12% da atividade da empresa!

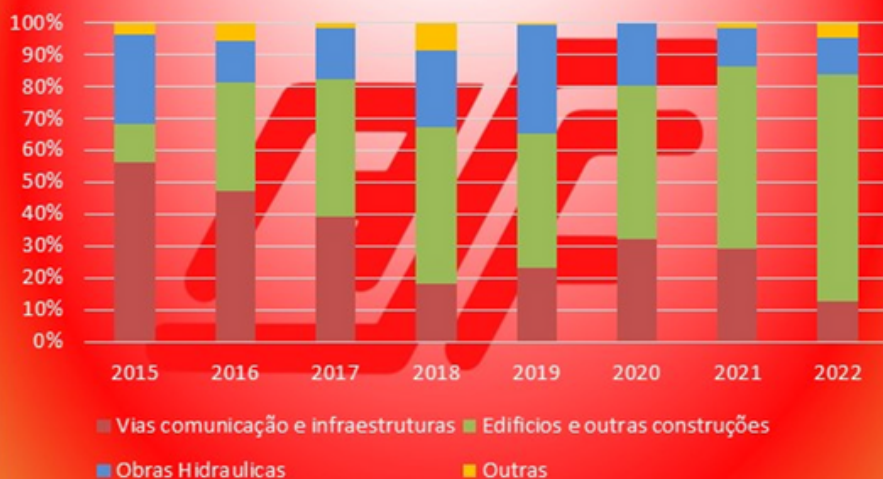
Em sentido inverso, as vias de comunicação e infraestruturas apresentam uma clara diminuição do seu peso no total da atividade da empresa. Em 2015 representavam 56% da totalidade da faturação e em 2022 apenas 13% da atividade.

Esta diminuição foi notória, muito por culpa do desinvestimento que nos últimos anos se tem assistido neste tipo de infraestruturas, por parte do estado.

A evolução destes dois indicadores por clara decisão estratégica da empresa tem sido os pilares da evolução positiva notada nos últimos anos. Esperamos poder contar com a continuidade destes bons resultados por mais algum período de tempo, fruto da estratégia adotada.



% FATURAÇÃO POR TIPO DE OBRA



ASPETOS RELEVANTES DO ANO

O fim das restrições impostas pela Covid-19 marcou sem dúvida o ano 2022. No entanto, quem pensou que agora seria tudo mais fácil, eis que surge na Europa algo impensável, uma Guerra em pleno século XXI.

Uma guerra que fez escalar os preços de praticamente todos os bens, mas com um impacto forte em todas as matérias primas utilizadas nas instalações elétricas.

Para além dos aumentos dos preços, ainda tivemos de lidar com o constante atraso nas entregas dos materiais, pela escassez dos mesmos. Alguns provenientes da China, ainda fruto de prolongadas restrições devido ao Covid-19 e os provenientes da Rússia e da Ucrânia, fruto do conflito armado em que esses dois países estão envolvidos.

Face a todas estas contrariedades a António Saraiva & Filhos, Lda conseguiu aumentar as suas margens e os seus resultados, situação, que só por si, já deveria figurar como um dos aspetos mais relevantes do ano 2022, mas que face a todas as contrariedades e dificuldades vividas este fato merece digno destaque nesta rubrica.



QUALIDADE

Os Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ) da empresa e o Sistema de Controlo de Produção Em Fábrica (SCPF) dos agregados e das misturas betuminosas produzidas nas instalações da empresa na pedreira do Piornal, foram auditados em 2022, por organismos externos qualificados para o efeito.

Nestas auditorias, a empresa obteve um excelente desempenho tendo sido aprovadas:

- a) Renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da empresa pela norma NP EN ISO 9001:2015.
- b) Renovação da certificação dos inertes produzidos pela empresa (Marcação CE) , de acordo com as exigências do regulamento Europeu N°- 305/2011 relativo às exigências de segurança e desempenho aplicáveis a materiais de construção.
- c) Renovação da certificação das Misturas Betuminosas (Marcação CE) produzidos pela empresa, de acordo com as exigências do regulamento Europeu N°- 305/2011 relativo às exigências de segurança e desempenho aplicáveis a materiais de construção.

Neste momento a empresa detêm 3 certificados válidos:

- a) Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2015 emitido pela Entidade Certificadora EIC, organismo autorizado pelo IPAC.
- b) Certificado de Controlo de Produção em fábrica emitido pelo Organismo Notificado EIC , relativo á Marcação CE das Misturas Betuminosas produzidas na Central de Fabrico no Piornal.
- c) Certificado de Controlo de Produção em fábrica emitido pelo Organismo Notificado EIC, relativo á Marcação CE dos produtos extraídos e britados bem como das misturas de agregados britados na pedreira do Piornal.

Adicionalmente foram realizados vários ensaios e análises físicas e químicas aos produtos (Misturas Betuminosas e Inertes) em Laboratório Externo acreditado (CTCV de Coimbra) para além dos ensaios regularmente realizados internamente no nosso laboratório sito na Pedreira do Piornal.

Continuam a ser realizados regularmente ensaios e análises internos e externos aos agregados produzidos na Central de Britagem da empresa e que se destinam a ser aplicados na produção de betão em Centrais de Clientes.

Em 2022 foram ainda elaborados e submetidos á apreciação pelas Entidades Adjudicantes / Donos de Obra, vários planos de gestão e controlo de qualidade em obra.

No ano de 2022 não houve qualquer registo de reclamação ou devoluções.

AMBIENTE

Relativamente às questões ambientais, a empresa assegura os seguintes compromissos, de modo a dar cumprimento à legislação Ambiental no âmbito da sua atividade:

Em 2022 a empresa deu continuidade ao processo de Recepção, Armazenagem e Tratamento de Resíduos de Construção e Demolição – RCD's, cumprindo as exigências legais impostas no Título de Exploração Industrial. Durante ao ano em análise, a empresa reforçou a sua capacidade de recolha e transporte de resíduos.

Encaminhamento a destino final licenciado, de todos os resíduos resultantes da sua atividade na responsabilidade de produtor de resíduos.

Realização da medição das emissões atmosféricas produzidas pela Central de Fabrico de Misturas Betuminosas, confirmando-se a conformidade da emissão.

Implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos em todas as obras por si desenvolvidas.

No ano em análise, continua em vigor o Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, provando a consciencialização da empresa perante a temática ambiental.



SEGURANÇA

Para efeitos de cobertura de eventuais acidentes de trabalho, a empresa mantém ativa a apólice de seguro de acidentes de trabalho, cobrindo todos os funcionários desde o trajeto efetuado pelos funcionários de e para casa, bem como os acidentes que ocorrem no seu local de trabalho.

A empresa proporciona a todos os seus trabalhadores Equipamento de Proteção Individual (EPI's) de forma a proporcionar melhores condições de trabalho.

Apesar do cumprimento das normas e regras de segurança, a empresa apresenta em 2022 2.908,92 horas perdidas em consequência de acidentes de trabalho. Este valor encontra-se ligeiramente acima do ano anterior e ligeiramente abaixo do ano 2020, conforme pode ser observado no gráfico seguinte.

Em média, por ano, a empresa perde 19,14 horas por trabalhador resultante de acidentes de trabalho.

Em continuidade com as políticas adotadas em anos anteriores, a empresa continua a apostar na formação contínua dos seus trabalhadores.

Ao nível da medicina no trabalho, continuamos a privilegiar a contratação de serviços externos à empresa, para a realização de todos os exames necessários e exigíveis.



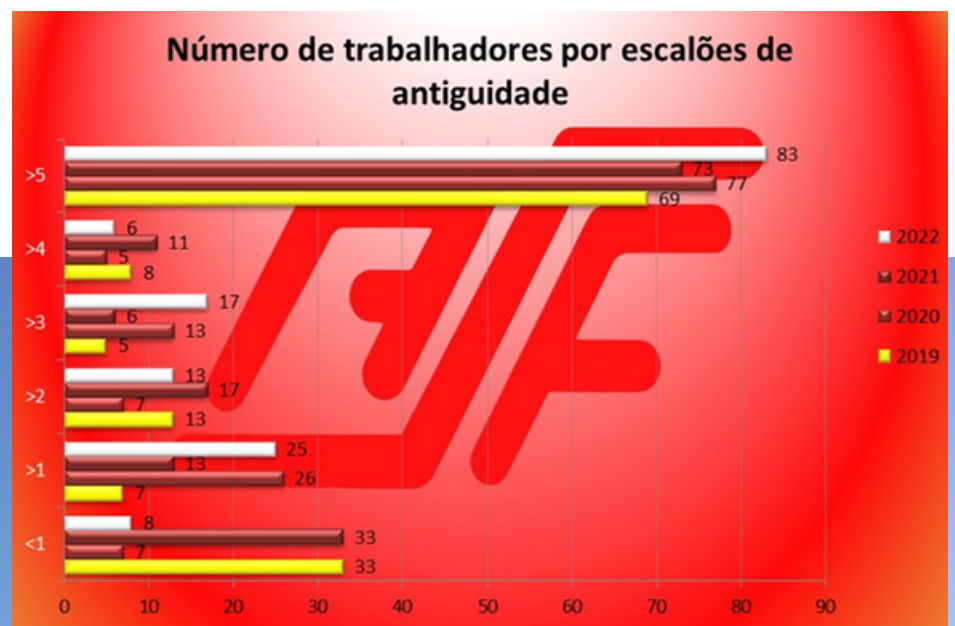
— RECURSOS HUMANOS —

A contínua dificuldade em recrutar mão de obra qualificada fez com que a empresa no ano 2022 não conseguisse ir além dos 152 trabalhadores (média do ano 2022). No final do ano 2022 apresentávamos um total de 151 funcionários.

A empresa continua a prosseguir com uma política de contratação de pessoal próprio para a execução de determinadas tarefas, bem como garantir que em cada obra exista pessoal próprio da empresa.

Como é possível constatar no gráfico seguinte a grande maioria dos funcionários já está há mais de 5 anos na empresa. Estes totalizam 83, enquanto em 2019 eram 69 funcionários.

O segundo maior escalão, com 25 funcionários é o escalão entre 1 e dois anos de antiguidade. Este revela o esforço do ano 2021, ano em que aumentámos 16 funcionários (média do ano 2020 – 140 e média do ano 2021 – 156)



RECURSOS HUMANOS

Relativamente à idade dos funcionários, mantemos que o escalão que agrupa maior número de funcionários é de “maiores de 50 anos”. Regista precisamente 65 funcionários, 43% do total.

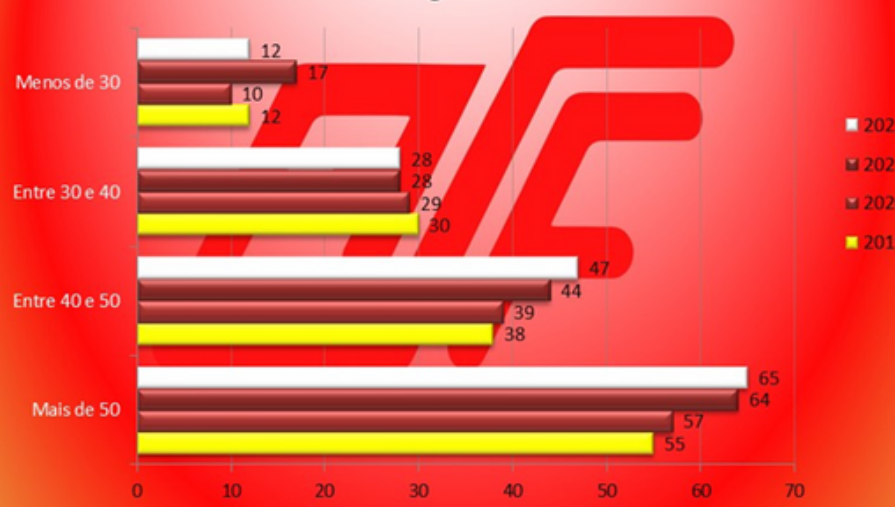
Tendo em conta que entre 40 e 50 anos temos registados 47 funcionários, podemos afirmar que com mais de 40 anos temos no total 112 funcionários, ou seja 74% do total de funcionários.

No outro extremo, registamos apenas 12 funcionários (8%) com idade inferior a 30 anos o que nos deixa de alguma apreensão quanto à renovação de funcionários.

Relativamente aos dados do absentismo, a empresa continua a registar um absentismo elevado, comprovado pelo gráfico em baixo. No ano em análise foram perdidas 20.590,18 horas de trabalho, o equivalente a 135,46 horas por trabalhador / ano.

De realçar que a maioria das horas perdidas diz respeito a baixas por doença. Estes tipos de faltas representam 75% da totalidade das faltas, ou seja 15.373,76 horas. A empresa continua a apresentar vários funcionários com baixa prolongada.

Número de trabalhadores por escalões de antiguidade



Horas perdidas totais





CARTEIRA DE ENCOMENDAS / PERSPETIVAS

Com uma carteira de obras, em Portugal, que ultrapassa os 25 milhões de euros, permite-nos encarar o ano que agora inicia com alguma serenidade.

Esta serenidade irá permitir concorrer a novas obras, com critério e sem pressões.

Se somarmos a este valor os 6,5 milhões de euros da obra a executar em Moçambique, atingimos um total superior a 31 milhões de obra em carteira.

Quanto à perspetiva de volume de negócios, o ano 2023 prevê-se que seja um bom ano de faturação, superior mesmo ao ano de 2022. Prevê-se que incluindo as obras fora de Portugal e de acordo com as mais recentes expectativas, a barreira do volume de negócios total possa exceder os 20 milhões de euros.

É expectável que com a crescente pressão de utilização de fundos públicos, nomeadamente o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), o valor dos concursos a abrir em 2023 seja superior ao deste ano, esperando a empresa conseguir também fruto desta situação conseguir ganhar mais obras que no ano 2022.

Gestão de riscos

As empresas trabalham num ambiente repleto de riscos. Dos mais variados e cada vez mais desafiantes. Todas pretendem minimizar esses riscos, de modo a minimizar também os seus efeitos na atividade da empresa.

No que respeita ao mercado e preços, as alterações em perspetiva vão no bom sentido, pelo que a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de oscilações nos preços de venda ou de inexistência de procura, é reduzida.

Quanto ao risco de continuidade e pelo atrás já foi divulgado, entendemos este risco está contido em valores muito baixos.

O risco de crédito é comum à generalidade dos negócios. A cobrança dos créditos pelos fornecimentos gera riscos que têm que ser mitigados por uma política persistente de cobrança e constituição de imparidades logo que atribuída probabilidade forte a esses riscos.

O risco de liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital próprio decorrente da incapacidade da entidade dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem. Como pode ser observado pelos indicadores de liquidez, entendemos que este risco é também ele reduzido.

Quanto aos riscos financeiros, o ano 2022 mostrou o início da subida das taxas de juro de referência. De modo a prevenir os riscos de tal subida, a empresa empenhou-se na redução da sua dívida bancária, mantendo os seus custos financeiros controlados.

Outro risco financeiro presente em 2022 foi o decorrente das variações da taxa de câmbio. A empresa apresenta no final do ano 2022 dívidas a pagar e a receber em moeda estrangeira, nomeadamente em Dólares Americanos.

A contratação de contas específicas em moeda estrangeira facilitou a redução do risco de câmbio. A empresa em 2022 apresentou em 9.190,97 euros de diferenças de câmbio desfavoráveis e 61.889,41 euros de diferenças de câmbio favoráveis.



O histórico da Empresa é de resultados predominantemente positivos e de taxas de crescimento apreciáveis. O nível de resultados acumulados proporcionou uma autonomia financeira invejável que permite à António Saraiva & Filhos, Lda. avaliar o risco de liquidez de forma minimamente confortável.

Acontecimentos após encerramento do período

Após o encerramento do exercício não houve acontecimentos relevantes dignos de serem mencionados nesta rubrica.



Proposta de aplicação de resultados

António Saraiva & Filhos, Lda na continuidade de anos anteriores, continua com a política de estimular a autonomia financeira através do reforço de capitais próprios.

O Resultado Líquido do Exercício do ano 2022 fixou-se nos 643.636,04 euros, tendo a gerência da empresa proposto à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

- Reserva especial de lucros retidos e reinvestidos (DLRR): 356.056,30€
- Resultados transitados: 2.579,74€
- Capital social: 285.000,00€

NOTA FINAL

Se o ano 2021 ficou marcado como sendo um ano bastante positivo, o ano de 2022 deverá ficar marcado como o melhor ano da última década.

Ao longo deste relatório podemos observar que a maioria dos indicadores apontam para um desempenho positivo. Não só positivo, como em muitos casos, os melhores valores registados nos últimos tempos.

Mas, nesta nota final, permita-me destacar um que é a diminuição de 50% do valor da dívida líquida, em apenas um ano.

Estamos orgulhosos de termos chegado aqui, mas mais do que nunca empenhados e dar continuidade a este processo. Certos das dificuldades que iremos enfrentar, mas cientes de qual o rumo que queremos tomar.

Uma palavra especial para todos aqueles que nos têm acompanhado e que permitiram mais um ano positivo para a António Saraiva & Filhos, Lda, nomeadamente:

- Aos nossos colaboradores, cujo esforço e dedicação torna possível os resultados alcançados todos os anos
- O apoio e compreensão dos nossos clientes e fornecedores, vistos como parceiros imprescindíveis
- A colaboração das Instituições Financeiras e entidades de Fiscalização e Auditoria

Guarda, 31 de Março 2023

Davide Tomé Saraiva

Sérgio Braz Saraiva





Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital próprio

Balanço
31 de dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31/12/2022	31/12/2021
<u>Activo</u>			
<u>Activo Não Corrente:</u>			
Activos Fijos Tangíveis	7	3 357 670,56	3 212 974,57
Propriedades de Investimento	9	161 767,43	162 715,19
Participações Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial	10	58 448,94	3 499,89
Outros Investimentos Financeiros	10/18	1 215 593,47	1 209 812,69
Activos por Impostos Diferidos	17	500 554,43	435 021,15
<u>Total Activo Não Corrente:</u>		5 294 034,83	5 024 023,49
<u>Activo Corrente:</u>			
Inventários	11	1 143 093,76	963 901,15
Clientes	18	3 473 099,00	2 762 681,07
Estado e Outros Entes Públicos	20	97 736,14	90 706,26
Outros Créditos a Receber	18	523 360,24	2 532 914,19
Diferimentos	20	230 117,78	45 671,81
Activos Financeiros Detidos para Negociação	18	341,89	329,14
Caixa e Depósitos Bancários	4	2 963 105,33	2 789 409,72
<u>Total Activo Corrente:</u>		8 434 834,24	9 205 613,34
<u>Total do Activo:</u>		13 728 869,07	14 229 636,83
<u>Capital Próprio e Passivo</u>			
<u>Capital Próprio:</u>			
Capital Subscrito	20	615 000,00	615 000,00
Reservas Legais	20	154 256,39	154 256,39
Outras Reservas	20	453 739,93	271 354,59
Resultados Transitados	20	3 021 898,81	2 882 997,83
Outras Variações no Capital Próprio		3 499,89	
<u>Sub-Total:</u>		4 248 395,02	3 923 608,81
Resultado Líquido do Período	20	643 636,04	524 586,21
<u>Total do Capital Próprio:</u>		4 892 031,06	4 248 395,02
<u>Passivo:</u>			
<u>Passivo Não Corrente:</u>			
Provisões	18	136 711,06	35 075,47
Financiamentos Obtidos	18	2 635 256,39	3 206 808,87
<u>Total Passivo Não Corrente:</u>		2 771 967,45	3 241 884,34
<u>Passivo Corrente:</u>			
Fornecedores	18	2 795 075,48	2 850 545,40
Adiantamentos de Clientes	18	566 431,74	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	20	140 624,10	130 364,86
Financiamentos Obtidos	18	1 803 557,33	3 227 481,30
Outras Dívidas a Pagar	18	757 659,85	525 869,49
Diferimentos	20	1 542,06	5 096,42
<u>Total Passivo Corrente:</u>		6 064 890,56	6 739 357,47
<u>Total do Passivo</u>		8 836 858,01	9 981 241,81
<u>Total do Capital Próprio e do Passivo</u>		13 728 869,07	14 229 636,83

ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA

Demonstração de Resultados

31 de dezembro de 2022

Pág. 1

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	13	17 664 612,31	19 376 473,10
Subsídios à exploração	14	17 061,02	8 439,61
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	54 949,05	3 499,89
Varição nos inventários da produção	11	186 109,23	-75 990,45
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-3 385 079,34	-3 540 313,89
Fornecimentos e serviços externos	20	-9 892 312,34	-11 680 885,71
Gastos com o pessoal	19	-3 369 669,19	-3 069 724,45
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-15 549,22	-72 891,54
Provisões (aumentos/reduções)	18	-101 635,59	-19 104,54
Aumentos/reduções de justo valor	18	12,85	41,34
Outros rendimentos	20	170 846,06	186 855,11
Outros gastos	20	-134 757,51	-111 498,35
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:		1 194 587,33	1 004 900,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-450 168,23	-425 023,01
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):		744 419,10	579 877,11
Juros e rendimentos similares obtidos	18	4 102,81	122,52
Juros e gastos similares suportados	18	-99 594,13	-232 289,21
Resultado antes de imposto:		648 927,78	347 710,42
Imposto sobre o rendimento do período	17	-5 291,74	-23 124,21
Resultado líquido do período:		643 636,04	324 586,21

ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA

**Demonstração dos Fluxos de Caixa
31 de dezembro de 2022**

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODO	
			31/12/2022	31/12/2021
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo</u>				
+	Recebimentos de Clientes	20	20 074 214,07	20 537 195,68
-	Pagamentos a fornecedores	20	15 929 089,93	15 511 598,17
-	Pagamentos ao Pessoal	20	2 803 331,23	2 650 884,04
Caixa gerada pelas operações:			1 341 792,91	2 374 713,47
- / +	Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento	20	-47 617,93	-76 361,86
+ / -	Outros Recebimentos/Pagamentos	20	-55 697,35	-228 812,50
Fluxos de caixa das Actividades Operacionais (1):			1 238 477,63	2 069 539,11
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
-	Activos fixos tangíveis	20	148 451,18	373 504,22
-	Investimentos financeiros	20	19,90	37 332,25
Recebimentos provenientes de:				
+	Activos fixos tangíveis	20	84 889,00	12 909,74
+	Investimentos financeiros	20	76 583,98	1 158,74
+	Outros activos	20	19 613,54	8 364,46
+	Dividendos	20	2,67	1,31
Fluxos de Caixa das Actividades de investimento (2):			32 618,11	-388 402,22
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
+	Financiamentos obtidos	20	3 298 163,01	2 308 005,45
+	Outras operações de financiamento	20	3 161,78	1 042,33
Pagamentos respeitantes a:				
-	Financiamentos obtidos	20	3 913 066,43	3 236 574,39
-	Juros e gastos similares	20	100 408,33	263 516,17
-	Outras operações de financiamento	20	285,86	116 984,33
-	Pagamento de leasings	20	312 952,33	118 590,52
Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento (3):			-1 025 388,16	-1 426 617,63
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)			245 707,58	254 519,26
Efeitos das diferenças de câmbio		20	-20,18	27 314,38
Caixa e seus equivalentes no início do período			2 638 836,19	2 357 002,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período			2 884 523,59	2 638 836,19
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)			245 707,58	254 519,26

ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA
Demonstração das alterações no capital próprio no período N-1
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	€ 15 000,00	154 256,35	507 512,25	2 258 309,37	0,00	0,00	0,00	388 330,80	3 523 808,81	0,00	3 523 808,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstração financeira												
Realização do excedente de revalorização de activos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												0,00
	20			(236 357,66)	624 658,46				(236 330,80)	0,00		0,00
	2	0,00	0,00	(236 357,66)	624 658,46	0,00	0,00	0,00	(388 330,80)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								324 586,21	324 586,21		324 586,21
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								(63 744,59)	324 586,21		324 586,21
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	€ 15 000,00	154 256,35	271 154,59	2 882 957,83	0,00	0,00	0,00	324 586,21	4 248 395,02		4 248 395,02

Demonstração das alterações no capital próprio no período N
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	€ 15 000,00	154 256,35	271 154,59	2 882 957,83	0,00	0,00	0,00	324 586,21	4 248 395,02	0,00	4 248 395,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstração financeira												
Realização do excedente de revalorização de activos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												0,00
	20			182 185,34	138 900,38			3 499,89	(324 586,21)	0,00		0,00
	2	0,00	0,00	182 185,34	138 900,38	0,00	0,00	3 499,89	(324 586,21)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								643 636,04	643 636,04		643 636,04
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								319 049,83	643 636,04		643 636,04
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	€ 15 000,00	154 256,35	453 339,93	3 021 858,21	0,00	0,00	3 499,89	643 636,04	4 892 031,06		4 892 031,06



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2022 (que evidencia um total de 13 728 889,07 EUR e um total de capital próprio de 4 892 031,06 EUR, incluindo um resultado líquido de 643 636,04 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA** em 31/12/2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 15 de maio de 2023

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

(n.º 125 e registada na CMVM com o n.º 20161443)

Representada por

Fernando José Pêga Magro

(ROC n.º 819 e registado na CMVM com o n.º 20160447)

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 314 | CMVM: 20161443 | SROC: 125

SEDE

Edifício Atlânta II, Rua Alexandre Faria, n.º 10 – 6.º G

1600 - 001 Lisboa - Portugal

Tel.: +351 217 223 300 | Fax: +351 211 494 314 | laboe@eroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Souto Viagas, n.º 21 – 2.º Esq. B

6300 - 750 Guarda - Portugal

Tel.: +351 271 223 994 | Fax: +351 271 225 468 | guarda@eroc125.pt

Anexo às Demonstrações Financeiras

**Exercício de
01/01/2022 a 31/12/2022**

1. Identificação da entidade e período de relato

1.1. Designação da entidade

A António Saraiva & Filhos, Lda é uma sociedade comercial constituída em 7 de novembro de 1968.

1.2. Sede

Tem a sua sede na Pedreira do Piornal, EN16, 6300-035 Arrifana, tem o número de pessoa coletiva e de matrícula no Registo Nacional de Pessoas Coletivas com o número 500 563 993.

1.3. Natureza da atividade

A António Saraiva & Filhos, Lda dedica-se à atividade de obras públicas, tendo como acessória a atividade de exploração de pedreira.

a) Período abrangido pelas demonstrações financeiras;

O período abrangido pelas demonstrações financeiras é de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- i) Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- ii) Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que revoga a Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- iii) Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que revoga a Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- iv) Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- v) Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- vi) Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15653, de 7 de setembro (Normas Interpretativas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas

Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, nos pressupostos da continuidade de operações da Empresa e do regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos Na Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentados em conformidade com o modelo resultante dos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

Ativos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis em curso encontram-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a Empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	8 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	8 a 20 anos

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Locações (NCRF 9)

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se tal não acontecer.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, numa base linear, durante o período de vigência do contrato.

Custos de Empréstimos Obtidos (NCRF 10)

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas e quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Propriedades de Investimento (NCRF 11)

São qualificados em propriedades de investimento os terrenos ou edifícios (ou parte deles) detidos com o objetivo de obter rendas ou para valorização do capital investido, ou para ambos os fins, e não para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, adicionado dos custos diretamente atribuíveis, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Nos casos de propriedades de investimento de construção própria, são mensuradas pelo custo à data em que a construção fique concluída.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante os anos de vida útil estimados.

As transferências para, ou de, propriedades de investimento ocorrem quando se verificar uma alteração na utilização dos ativos.

Os gastos incorridos (manutenção, reparação, seguros, impostos e outros), a par dos rendimentos obtidos (rendas), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

Imparidade de Ativos (NCRF 12)

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram e é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Inventários (NCRF 18)

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Contratos de Construção (NCRF 19)

Um contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo.

Os custos do contrato compreendem: i) os custos que se relacionam diretamente com o contrato específico; ii) os custos atribuíveis à atividade do contrato em geral e possam ser imputados ao contrato; e iii) outros custos que sejam especificamente debitáveis ao cliente nos termos do contrato.

No reconhecimento do rédito e dos gastos do contrato, é utilizado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído. Este método proporciona informação útil sobre a extensão de atividade e desempenho do contrato durante um período.

O rédito do contrato é reconhecido na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho é executado.

A fase de acabamento de um contrato é determinada pela proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data, para os custos estimados totais do contrato.

O método da percentagem de acabamento é aplicado numa base acumulada em cada período contabilístico às estimativas correntes de rédito do contrato e custos do contrato.

Rédito (NCRF 20)

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, *royalties* e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos *royalties*, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo (NCRF 22)

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a Empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos no próprio período na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática

como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Acontecimentos Após a Data do Balanço (NCRF 24)

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos, mas se forem materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Imposto Sobre o Rendimento (NCRF 25)

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações respetivas poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo exetável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

i) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (utilizando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e de outras dívidas de terceiros por forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do IVA a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

ii) Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

v) Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando são transferidos, substancialmente, todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a empresa reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras esses ativos, registando no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*", a contrapartida monetária dos ativos cedidos.

Em conformidade, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring, à data do balanço, com exceção das operações de factoring sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras da empresa, no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*".

vi) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a doze meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Benefícios dos Empregados (NCRF 28)

A Empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, transporte e outros bens gratuitos) referentes aos empregados correntes. Podem também incluir benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo, benefícios de cessação de emprego e benefícios de remuneração em capital próprio.

As participações nos lucros e as gratificações são pagáveis dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestaram o respetivo serviço. A Empresa faz uma estimativa fiável da sua obrigação legal ou construtiva segundo um plano de participação nos lucros ou de gratificações nos termos do parágrafo 21 da NCRF 28.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica “*Caixa e seus equivalentes*” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis. As atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, a empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Caixa e Depósitos Bancários	31/12/2022	31/12/2021
Caixa:		
Numerário – Euro	1 627,84	640,72
Cheques transição - Euro	0,00	0,00
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – Euro	1 299 254,93	1 813 549,26
Depósito a prazo – Euro	1 583 640,82	824 646,21
Depósitos de retenção	57 353,74	133 187,37
Depósitos de garantia	21 228,00	17 386,16
Total	2 963 105,33	2 789 409,72

De acordo com os § 3 e 4 da NCRF 2, o caixa e seus equivalentes compreende o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Assim, o total de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2022 ascende a 2.884.523,59 euros, representando um aumento de 245.687,40 euros.

Caixa e seus equivalentes	31/12/2022	31/12/2021
Caixa:		
Numerário – Euro	1 627,84	640,72
Cheques transição - Euro	0,00	0,00
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – Euro	1 299 254,93	1 813 549,26
Depósito a prazo – Euro	1 583 640,82	824 646,21
Total	2 884 523,59	2 638 836,19

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “*financiamentos obtidos*”, expressa no “*passivo corrente*”.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detetados erros materiais relevantes nem efetuadas alterações de políticas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva.

6. Partes relacionadas

6.1. Remunerações do pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão):

a) Total de remunerações;

Remunerações da Administração	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo:		
Remuneração dos órgãos sociais	90 655,55	82 728,65
Total	90 655,55	82 728,65

O valor em questão, inclui ajudas de custo e deslocação em viatura própria.

6.2. Transações entre partes relacionadas.

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas;

A António Saraiva & Filhos, Lda detém participação na empresa Codal – Engenharia a Construção, Lda. Pela estrutura acionista e pelo valor da participação estas são consideradas como associadas.

No entanto e tendo em conta a estrutura acionista da empresa, podemos afirmar que estes detêm uma posição relevante nas empresas PDM, Construção Civil, Lda e Tecnegi – Instalações Especiais, Unipessoal, Lda.

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia dos saldos;

Empresa / Saldos Pendentes	Clientes	Fornecedores	Financiamentos concedidos	Participação de capital	Outros
Associadas:					
CODAL, Lda	517 611,21	200 672,42	1 103 815,18	58 448,94	150 245,04
Outras empresas:					
PDM, Lda	109 663,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnegi, Lda	62,15	170 129,29	0,00	0,00	0,00
Total	627 336,95	370 801,71	1 103 815,18	58 448,94	150 245,04

ii) Quantia das transações;

Empresa / Transações	Vendas de Bens	Prestação de Serviços	Compra de Bens (FSE)	Diferenças cambio cliente	Diferenças cambio fornecedor	Compra de Bens (AFT)	Juros de suprimentos
Associadas:							
CODAL, Lda	155,00	0,00	240 885,11	7 012,26	533,65	0,00	0,00
Outras empresas:							
PDM, Lda	1 256,81	268 045,63	21 687,88	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnegi, Lda	12 677,67	99 215,44	318 976,79	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14 089,48	367 261,07	581 549,78	7 012,26	533,65	0,00	0,00

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

A mensuração dos ativos fixos tangíveis foi efetuada ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação usado foi o das quotas constantes, por duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

A vida útil dos bens e as taxas de depreciação são definidas e aplicadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração à sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso
Quantia escriturada bruta:							
Saldo inicial (01/01/2022)	403 858,74	648 811,22	7 066 622,36	2 455 782,81	259 026,69	11 999,85	0,00
Adições	0,00	0,00	607 776,23	43 362,73	4 424,33	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	174 307,18	9 889,00	118 681,29	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores brutos totais	403 858,74	648 811,22	7 500 091,41	2 489 256,54	144 769,73	11 999,85	0,00
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial (01/01/2022)	0,00	313 942,55	5 422 791,60	1 640 360,68	246 435,71	9 596,56	0,00
Adições	0,00	11 988,54	293 803,56	139 570,52	3 652,74	205,11	0,00
Alienações	0,00	0,00	122 893,05	142,30	118 195,29	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas totais	0,00	325 931,09	5 593 702,11	1 779 788,90	131 893,16	9 801,67	0,00
Total líquido	403 858,74	322 880,13	1 906 389,30	709 467,64	12 876,57	2 198,18	0,00

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos

para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

As adições de ativos fixos tangíveis estão divididas por adquiridas em estado novo no valor de 522.568,29 euros e 132.995,00 euros em estado usado. Todas as aquisições foram efetuadas no território Nacional.

f) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

Foram adquiridos 527.700,00 euros de equipamento básico com recurso ao leasing. Todos estes equipamentos têm reserva de propriedade para com as instituições financeiras onde foram efetuados os respetivos contratos.

7.2. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

À data de 31 de dezembro de 2022 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.

8. Locações

8.1. - Locações financeiras - locatários:

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo;

Descrição	Valor de aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido em 31/12/2022
Maquinaria	1 333 207,00	104 810,52	466 539,96	866 667,04
Viaturas	827 034,74	99 045,21	394 728,91	432 305,83
Total	2 160 241,74	203 855,73	861 268,87	1 298 972,87

Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

Descrição	Valor em dívida em 31/12/2022	Pagamentos mínimos até 1 ano	Pagamentos mínimos > 1 ano < 5 anos	Pagamentos mínimos a > 5 anos
Maquinaria	530 383,28	194 181,52	336 201,76	0,00
Viaturas	184 335,00	95 212,91	89 122,09	0,00
Total	714 718,28	289 394,43	425 323,85	0,00

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticadas nestes financiamentos.

Em 31 de Dezembro de 2022, as responsabilidades refletidas no balanço da empresa relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2023): 289.394,43 euros

Passivo não corrente (ano 2024 e seguintes): 425.323,85 euros

9. Propriedades de investimento

9.1. - Modelo aplicado (justo valor ou custo).

O modelo aplicado para as propriedades de investimento é o de custo de aquisição.

9.2. - Caso a entidade aplique o modelo do custo:

Os dados que a empresa dispõe a esta data não evidenciam uma diferença significativa entre o valor registado e o justo valor das propriedades de investimento.

9.3. Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação usado foi o das quotas constantes, por duodécimos.

9.4. Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Os valores em propriedades de investimento a 31 de dezembro 2022 são os seguintes:

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Adiantamento p/ conta investimentos	Total
Quantia escriturada bruta:				
Saldo inicial (01/01/2022)	112 054,64	51 845,25	0,00	163 899,89
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores brutos totais	112 054,64	51 845,25	0,00	163 899,89
Depreciações acumuladas:				
Saldo inicial (01/01/2022)	0,00	1 184,70	0,00	1 184,70
Adições	0,00	947,76	0,00	947,76
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas totais	0,00	2 132,46	0,00	2 132,46
Total líquido	112 054,64	49 712,79	0,00	161 767,43

10. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

10.1. - Para os investimentos em associadas:

A António Saraiva & Filhos, Lda participa na Codal – Engenharia e Construção, Lda, empresa de direito Moçambicano, com sede na Rua Gil Vicente, nº43 em Maputo.

A António Saraiva & Filhos, Lda aplica o método da equivalência patrimonial relativamente à participação na Codal.

A empresa Codal, Lda encerrou o seu período contabilístico a 31 de dezembro 2022.

Descrição	% Interesse	Ativo	Capitais próprios	Resultados
Associada:				
CODAL - Engenharia e Construção, Lda	66%	2 598 614,11	88 559,00	84 268,23
Total		2 598 614,11	88 559,00	84 268,23

A participação reflete um ativo no valor de 58.448,94 euros e no ano de 2022 foi reconhecido um ganho pela aplicação do MEP no valor de 54.949,05 euros.

A empresa tem ainda um empréstimo concedido a esta subsidiária no valor e de 1.103.815,18 euros.

11. Inventários

11.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

11.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

A desagregação dos inventários é a seguinte:

Inventários	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41 061,53	47 978,15
Produtos acabados e intermédios	1 102 032,23	915 923,00
Total	1 143 093,76	963 901,15

No final do ano procedeu-se à contagem física das matérias-primas e ao apuramento do volume dos produtos acabados. Este volume foi convertido em toneladas utilizando os pesos específicos de conversão dos materiais.

11.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

A desagregação dos gastos no período é a seguinte:

Gastos no período	31/12/2022	31/12/2021
Custo das mercadorias vendidas e das matérias	(3 385 079,34)	(3 540 313,89)
Variação nos inventários da produção	186 109,23	(75 990,45)

Movimentos	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	47 978,15
Compras	3 378 162,72
Regularização de existências	0,00
Existências finais	41 061,53
CMVMC	3 385 079,34

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo.

Os produtos acabados e os trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

12. Contratos de construção

12.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período.

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2022, o valor dos réditos reconhecidos no período eram como se segue:

2022	Rédito total previsto	Rédito anos anteriores	Rédito do período
Total	48 559 327,51	7 135 916,03	11 919 322,20

12.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período.

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado.

12.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso.

O método usado para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso é o método de percentagem do acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído.

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. O método utilizado para determinar a fase de acabamento tem em conta a proporção em que os custos do contrato incorrido no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato;

12.4. Para os contratos em curso à data do balanço:

À data de 31 dezembro 2022, estavam em curso os seguintes contratos:

Obra / Contrato	Rédito total previsto	Custos incorridos			Réditos acumulados	Média % Acabamento
		acumulados	a acrescer	a diminuir		
TOTAL	48 559 327,51	15 330 143,42	1 041 122,50	-674 880,95	19 055 238,23	39%

13. – Rédito

13.1. - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

A empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a) **Vendas** – são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

b) **Prestação de serviços** – são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

c) **Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

d) **Royalties** – são reconhecidos segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante;

e) **Dividendos** – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o pagamento.

13.2. - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Venda de bens	386 758,80	571 130,94
Prestações de serviços	17 277 853,51	18 805 342,16
Total	17 664 612,31	19 376 473,10

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Venda de bens:		
Mercado interno	373 136,37	564 587,46
Mercado comunitário	13 142,43	6 543,48
Outros mercado	480,00	0,00
Prestações de serviços:		
Mercado interno	17 164 446,80	17 721 130,72
Mercado comunitário	0,00	0,00
Outros mercados	113 406,71	1 084 211,44
Total	17 664 612,31	19 376 473,10

14. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

14.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas.

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com estágios profissionais foram contabilizados como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos

resultados do período em que os programas / contratos são realizados e os respetivos custos incorridos, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

14.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou.

A empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição	Natureza	31/12/2022			31/12/2021		
		Capitais próprios	Passivo	Demonstração resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração resultados
Estágios Profissionais / Estimulo	Não reembolsável	0,00	0,00	6 898,66	0,00	0,00	0,00
Projeto Adaptar	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 125,00
Programa Ativar	Não reembolsável	0,00	0,00	3 554,36	0,00	0,00	3 554,36
Compensação aumento RMG	Não reembolsável	0,00	0,00	6 608,00	0,00	0,00	3 760,25
Total		0,00	0,00	17 061,02	0,00	0,00	8 439,61

14.3. - As evidências que permitam concluir que a entidade cumpriu ou irá cumprir as condições associadas à atribuição do subsídio e que este será recebido e as condições ainda não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio das entidades públicas que foram reconhecidas.

O valor dos subsídios diz respeito a Estágios Profissionais no valor de 6.898,66 euros, ao Programa Ativar no montante de 3.554,36 euros e à Compensação por aumento da Remuneração Mínima Garantida no valor de 6.608,00 euros.

15. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

15.1. - Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados).

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

Moeda	Cotação 31/12/2022
Metical (Moçambique)	67,45
Dolares (USD)	1,06660

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, a empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças de câmbio favoráveis:		
Outros rendimentos e ganhos – operacionais	61 889,41	51 762,50
Outros rendimentos e ganhos – de investimento	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis:		
Outros gastos e perdas – operacionais	9 190,97	9 631,21
Outros gastos e perdas – de investimento	0,00	0,00
Total	52 698,44	42 131,29

16. - Acontecimentos após a data do balanço

16.1. - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 31 de março 2023. Após esta data ninguém dispõe de autorização para efetuar alterações sobre as mesmas.

16.2. - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço: Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

17. Impostos sobre o rendimento

17.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações respetivas poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo exetável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

17.1.1. Gasto (rendimento) por impostos correntes;

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos correntes	70 825,02	44 482,03
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de anos anteriores	0	0
Impostos diferidos:		
Origem	0	0
Reversão de diferenças temporárias	83 300,04	38 148,12
Alteração nas taxas de tributação	0	0
Lançamento de novos impostos	-148 833,32	-59 505,94
Imposto sobre o rendimento do período	5 291,74	23 124,21

17.1.2. Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

O valor de 2022 referente à “Reversão de diferenças temporárias” tem o seguinte detalhe: o montante de 17.602,15 euros diz respeito à utilização do benefício fiscal (RFAI) de 2016, o valor de 34.091,57 euros diz respeito a utilização do RFAI do ano de 2017 e o valor de 19.517,53 euros respeita à utilização do RFAI do ano de 2018. No ano de 2022 foi revertido o valor de 12.088,79 euros referente a impostos diferidos pela utilização do Método de Equivalência Patrimonial relativamente à participação na Codal, Lda.

O valor de 148.833,32 euros, de lançamento de novos impostos, diz respeito a novos impostos diferidos por crédito de imposto não utilizado no âmbito do RFAI no montante de 109.824,99 euros, impostos diferidos referentes ao benefício fiscal da remuneração convencional do capital social (aumento do capital social no valor de 285.000,00 euros) no valor de 21.945,00 euros e impostos diferidos resultantes da provisão constituída relativa a perdas esperadas em contratos de construção, no montante de 17.063,33 euros.

17.1.3. Quantia de benefícios provenientes de um prejuízo fiscal não reconhecido anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes;

Relativamente a prejuízos fiscais, não existiu em 2022 nenhuma utilização de prejuízos fiscais uma vez que o montante já se encontra totalmente utilizado em anos anteriores.

17.2. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultados antes de impostos	648 927,78	347 710,42
Diferenças permanentes	39 393,69	18 390,93
Resultado após diferenças permanentes (lucro tributável)	688 321,47	366 101,35
Taxa de imposto *	21% / 12,5%	21% / 12,5%
Imposto do exercício	142 422,51	74 756,29
Tributações autónomas	28 336,18	22 131,94
RFAI / SFEI / DLRR	-106 816,88	-56 067,21
Derrama	6 883,21	3 661,01
Imposto diferido de diferenças temporárias	-65 533,28	-21 357,82
Total do imposto do período	5 291,74	23 124,21
Taxa efetiva de imposto	0,82%	6,65%

A taxa efetiva de imposto resulta do gasto/rendimento de impostos dividido pelo lucro contabilístico.

A taxa a aplicar aos primeiros 25.000,00 euros é de 12,5%, sendo ao restante valor aplicável a taxa de 21%.

De acordo com a legislação em vigor a entidade utiliza uma taxa de impostos diferidos de 22% (21% de taxa de IRC + 1,0% de taxa de Derrama).

17.3. Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

A taxa efetiva de imposto, tal como em 2021, revela-se positiva, uma vez que o valor da estimativa de imposto é superior ao valor dos impostos diferidos.

17.4. - Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais não usados, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.

A empresa em 2018 utilizou 72.166,85 euros de prejuízos fiscais do ano de 2016. Foram utilizados todos os valores de reporte de prejuízos disponíveis.

17.5. - Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de prejuízos por impostos não usados e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, no período de 2022, foram como se segue:

Descrição	31/12/2022	Variação	31/12/2021
Ativos por impostos diferidos:			
Perdas esperadas em contratos de construção	17 063,33	17 063,33	0,00
Remuneração Convencional Capital Social	21 945,00	21 945,00	0,00
RFAI (parte do benefício para anos seguintes)	442 291,23	38 613,74	403 677,49
Metodo Equivalencia Patrimonial	19 254,87	-12 088,79	31 343,66
Total	500 554,43	65 533,28	435 021,15
Passivos por impostos diferidos:			
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Metodo Equivalencia Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço).

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2022 pode ser detalhado como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto estimado para o período	142 422,51	74 756,29
RFAI / DLRR	(106 816,88)	(56 067,21)
Tributações autónomas	28 336,18	22 131,94
Derrama	6 883,21	3 661,01
Imposto diferido	(65 533,28)	(21 357,82)
Total do imposto sobre o rendimento do período	5 291,74	23 124,21

18. Instrumentos financeiros Políticas contabilísticas

18.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros

É política da empresa reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, em que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos detidos para negociação	341,99	329,14
Total	341,99	329,14

Os ativos financeiros detidos para negociação dizem respeito a 2336 ações do Millennium BCP, à cotação de 31 de dezembro de 2022 de 0,1464 euros cada, registadas ao justo valor. No exercício de 2022 foram registados ganhos de justo valor de 12,85 euros.

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Não correntes:		
Participações financeiras	58 448,94	3 499,89
Outros ativos financeiros	1 215 593,47	1 209 812,69
Total	1 274 042,41	1 213 312,58
Correntes:		
Clientes c/c	3 124 109,34	2 359 340,57
Clientes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00
Retenções de clientes	350 989,66	403 340,50
Outros créditos a receber	525 360,24	2 552 914,19
Total	4 000 459,24	5 315 595,26
Total Geral	5 274 501,65	6 528 907,84

A variação mais significativa registada nos ativos não correntes diz respeito ao reconhecimento do valor de 54.949,05 euros referente à participação na Codal, Lda, pela utilização do Método de Equivalência Patrimonial.

A variação negativa da conta de outros créditos a receber no montante de 2.027.553,95 euros, resultam essencialmente da aplicação do método da percentagem de acabamento, nas obras em curso (2.012.149,63 euros).

O detalhe de Outros Ativos Financeiros é o seguinte:

Descrição	Empréstimos à Associada	Inv. Associadas (outros metodos)	FCT	Participações Soc. Garantia Mutuo	Total
Quantia escriturada bruta:					
Saldo inicial (01/01/2022)	1 103 815,18	0,00	27 457,51	78 540,00	1 209 812,69
Adições	0,00	0,00	10 372,97	0,00	10 372,97
Abates	0,00	0,00	4 592,19	0,00	4 592,19
Valores brutos totais	1 103 815,18	0,00	33 238,29	78 540,00	1 215 593,47
Perdas por imparidade					
Constituição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas imparidade acumuladas totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total líquido	1 103 815,18	0,00	33 238,29	78 540,00	1 215 593,47

c) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Não correntes:		
Provisões	136 711,06	35 075,47
Financiamentos obtidos	2 635 256,39	3 206 808,87
Total	2 771 967,45	3 241 884,34
Correntes:		
Fornecedores	2 671 275,85	2 691 859,02
Adiantamento de clientes	566 431,74	0,00
Retenções a fornecedores	123 799,63	158 686,38
Financiamentos obtidos	1 803 557,33	3 227 481,30
Outras dividas a pagar	757 659,85	525 869,49
Total	5 922 724,40	6 603 896,19
Total	8 694 691,85	9 845 780,53

A totalidade dos passivos financeiros apresenta uma diminuição global de 1.151.088,68 euros. Os passivos correntes apresentam uma diminuição de 681.171,79 euros e os passivos não correntes apresentam uma diminuição de 469.916,89 euros.

A rubrica de financiamentos obtidos não correntes apresenta uma diminuição de 571.552,48 euros enquanto a rubrica provisões apresenta um aumento de 101.635,59 euros refletindo a constituição de uma provisão para processo judicial no valor de 24.075,00 euros e uma provisão para perdas esperadas em contratos de construção no montante de 77.560,59 euros. A rubrica de financiamentos obtidos correntes apresenta uma diminuição significativa no montante de 1.423.923,97 euros. A rubrica de fornecedores teve uma diminuição relativamente ao ano anterior no montante de 20.583,17 euros.

A rubrica outras dividas a pagar inclui o valor de 150.047,92 euros de remuneração a pagar ao pessoal, liquidadas em janeiro 2023. A mesma rubrica inclui ainda o valor de 368.377,89 euros de remunerações a liquidar (férias e subsídio de férias a gozar durante o ano 2023) e gratificações ao pessoal no montante de 160.000,00 euros a pagar durante o ano de 2023.

O valor registado em adiantamento de clientes diz respeito integralmente ao adiantamento por conta de vendas do cliente Italian Thai Development Public Company Limited no montante de 566.431,74 euros.

d) A totalidade das obrigações com financiamentos obtidos classifica-se como se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos bancários	3 724 095,44	4 338 998,86
Locações financeiras	714 718,28	544 970,61
Contas correntes caucionadas	0,00	0,00
Letras e livranças	0,00	0,00
Contas de confirming	0,00	1 550 320,70
Contas de factoring	0,00	0,00
Incentivos reembolsáveis	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00
Total	4 438 813,72	6 434 290,17

Globalmente, o valor dos financiamentos registou uma diminuição significativa no montante de 1.995.476,45 euros. À exceção das locações financeiras, todas as demais rubricas sofreram uma diminuição, inclusive a rubrica confirmings não apresenta qualquer saldo no final do ano.

A repartição temporal dos financiamentos é a seguinte:

Segregação Temporal	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	N/ Corrente	Corrente	N/ Corrente
Empréstimos bancários	1 514 162,90	2 209 932,54	1 427 861,83	2 911 137,03
Locações financeiras	289 394,43	425 323,85	249 298,77	295 671,84
Contas correntes caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Letras e livranças	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas de confirming	0,00	0,00	1 550 320,70	0,00
Contas de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de financiamentos obtidos	1 803 557,33	2 635 256,39	3 227 481,30	3 206 808,87

e) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente:

Descrição	Custo	Imparidade acumulado
Créditos sobre clientes	15 549,22	1 297 909,35
Total	15 549,22	1 297 909,35

As imparidades consideradas a 31 de dezembro de 2022 devem-se a evidências objetivas de dificuldades financeiras dos respetivos devedores, a quebras contratuais, como sejam o incumprimento no pagamento, e empresas com processos de insolvência.

As imparidades acumuladas sobre créditos de clientes no global sofreram um aumento de 15.549,22 euros, comparativamente a dezembro 2021.

f) Ativos financeiros dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósito de retenção	57 353,74	133 187,37
Depósito de garantia	21 228,00	17 386,16
Total	78 581,74	150 573,53

Os depósitos acima referidos destinam-se a garantir a boa execução de obras. Em 2022 registou-se uma diminuição no valor de 71.991,79 euros, comparativamente com o ano anterior.

g) Ganhos e perdas líquidas reconhecidas de ativos e passivos financeiros

Descrição	Ganhos Líquidos	Perdas Líquidas
Ativos financeiros mensurados ao justo valor	12,85	0,00
Total	12,85	0,00

Os ganhos apresentados dizem respeito a ações do MillenniumBCP detidas pela empresa, para negociação.

h) Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de juros para ativos financeiros:		
Juros obtidos	4 100,14	121,01
Outros rendimentos	2,67	1,51
Total	4 102,81	122,52
Gastos de juros para passivos financeiros:		
Juros suportados	99 308,27	118 894,98
Outros gastos de financiamento	285,86	113 394,23
Total	99 594,13	232 289,21

Verificou-se um aumento do valor obtido em descontos pela utilização dos confirmings, 71,50 euros em 2021 para o montante de 1.794,35 euros em 2022.

No lado dos gastos, assistiu-se a uma diminuição, no total de 132.695,08 euros. Esta diminuição deveu-se essencialmente à reclassificação dos custos de garantias, da rubrica outros gastos de financiamento para a rubrica fornecimentos e serviços externos, registando também a rubrica de juros suportados uma diminuição no montante de 19.586,71 euros.

i) Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social da empresa é 615.000 euros, encontra-se integralmente realizado.

19. Benefícios dos empregados

19.1. Número médio de empregados durante o período, ventilado por categorias, e os gastos de pessoal relativos ao período, repartidos entre salários e vencimentos, encargos sociais e encargos com pensões.

Os gastos com o pessoal no período em apreciação têm a decomposição seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações dos órgãos sociais	90 655,55	82 728,65
Remunerações do pessoal	2 630 902,23	2 384 346,85
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	514 803,11	495 119,66
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	114 337,31	100 018,69
Outros gastos com o pessoal	18 970,99	7 510,60
Total	3 369 669,19	3 069 724,45

O ano 2022 registou um aumento dos custos com pessoal, decorrente da política de atualização salarial dos trabalhadores. Após o ano de 2021, com um aumento de 18,6% nos custos com pessoal, o ano 2022 apresenta um aumento de 9,8%.

Em termos absolutos, em dezembro 2022 a empresa registava 151 trabalhadores, o que representa menos dois trabalhadores que em dezembro 2021. Em termos médios o ano 2022 registou uma média de 152 trabalhadores, enquanto em 2021 registou uma média de 156 trabalhadores, que representa uma diminuição na média de quatro trabalhadores.

20. Outras informações

20.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

Nos termos da alínea f) do nº.5 do artº.66 e dos artigos 218º e 295º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido de 643.636,04 euros (seiscentos e quarenta e três mil seiscentos e trinta e seis euros e quatro cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de resultados	31/12/2022	31/12/2021
Para reserva legal	0,00	0,00
Para reservas livres	0,00	0,00
Para reserva especial (DLRR)	356 056,30	186 890,70
Para resultados transitados	2 579,74	137 695,51
Para aumento capital social	285 000,00	0,00
Total	643 636,04	324 586,21

20.2. Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

20.2.1. Estado e outros entes públicos

Os detalhes da rubrica de EOEP (ativo e passivo) em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

EOEP – Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o valor acrescentado	75 234,83	42 623,52
Imposto sobre rendimento (IRC)	22 325,89	48 066,96
Outros	175,42	15,78
Total	97 736,14	90 706,26

O saldo do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) diz respeito a valor de IVA a recuperar no montante de 234,83 euros e reembolsos pedidos de IVA no valor de 75.000,00 euros.

A rubrica de imposto sobre o rendimento inclui o valor de 33.474,20 euros de IRC a recuperar, referente à inspeção da AT relativa aos anos de 2016 e 2017, e cujo processo à data de hoje está para impugnação judicial. Existem fortes expectativas da recuperação totalidade deste valor.

O valor da Coleta de IRC + derrama + tributações autónomas, que totaliza em 2022, 177.641,90 euros, deduzida do crédito de imposto ao investimento no âmbito do RFAI (71.211,25 euros), da dedução por lucros retidos e reinvestidos DLRR (35.605,63 euros), dos pagamentos por conta efetuados em 2022 (58.563,00 euros) e das retenções na fonte (1.113,39 euros) resulta num valor a pagar de 11.148,63 euros.

EOEP – Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre rendimento (IRC)	0,00	0,00
Retenção de imposto sobre o rendimento (IRS)	38 649,92	33 546,52
Contribuições para a Segurança Social	101 026,25	95 941,35
Outros	947,93	876,99
Total	140 624,10	130 364,86

O valor a pagar ao Estado e outros entes públicos diz respeito a IRS retido (38.649,92 euros), quotizações e contribuições a pagar à Segurança Social (101.026,25 euros) e Fundo de compensação de trabalho (947,93 euros).

20.3. - Diferimentos

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer	230 117,78	45 671,81
Rendimentos a reconhecer	1 542,06	5 096,42

Os gastos a reconhecer dizem respeito ao adiantamento à Codal, Lda no valor de 199.900,59 euros por conta de serviços a prestar e a seguros liquidados no ano corrente, mas que são gastos do ano seguinte.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a rendas no valor de 1.542,06 euros recebidos no ano corrente, mas que são rendimentos do ano seguinte.

20.4. - Garantias prestadas

A empresa tem um valor de garantias bancárias prestadas em 31/12/2022 de 10.705.382,74 euros, que se repartem da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Garantias de boa execução obra (de clientes)	8 951 990,69	8 742 940,94
Garantias bancárias (financeiras)	1 734 287,51	1 585 414,78
Outras garantias	19 104,54	19 104,54
Total	10 705 382,74	10 347 460,26

Após um aumento em 2021, comparativamente com 2020 de 1.485.444,43 euros, o ano 2022 registou novamente um aumento no valor de 357.922,48 euros, relativamente ao mesmo período de 2021.

20.5. - Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Varição	%
Subcontratos	7 430 467,61	9 244 308,65	-1 813 841,04	-19,62%
Trabalhos especializados	151 494,00	265 490,96	-113 996,96	-42,94%
Publicidade e propaganda	6 505,30	2 652,60	3 852,70	145,24%
Vigilância e segurança	18 602,07	7 508,62	11 093,45	147,74%
Honorários	12 341,02	18 725,76	-6 384,74	-34,10%
Conservação e reparação	501 426,78	376 269,66	125 157,12	33,26%
Serviços bancários	115 150,18	0,00	115 150,18	0,00%
Outros fornecimentos	23 665,36	29 164,93	-5 499,57	-18,86%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	76 742,80	143 891,87	-67 149,07	-46,67%
Livros e documentação técnica	1 178,76	1 717,22	-538,46	-31,36%
Material de escritório	8 738,92	12 383,43	-3 644,51	-29,43%
Artigos para oferta	8 184,39	8 115,74	68,65	0,85%
Electricidade	39 240,82	88 225,04	-48 984,22	-55,52%
Combustíveis	917 883,45	847 953,65	69 929,80	8,25%
Água	8 810,32	7 281,51	1 528,81	21,00%
Outros fluidos	33 608,49	26 990,13	6 618,36	24,52%
Deslocações e estadas	184 485,74	177 003,84	7 481,90	4,23%
Transportes	29 163,50	43 114,06	-13 950,56	-32,36%
Portagens	28 358,19	49 098,58	-20 740,39	-42,24%
Rendas e alugueres	164 157,81	164 672,79	-514,98	-0,31%
Comunicação	13 079,81	16 396,26	-3 316,45	-20,23%
Seguros	107 343,24	128 953,19	-21 609,95	-16,76%
Contencioso e notariado	461,38	1 299,94	-838,56	-64,51%
Despesas de representação	5 256,35	1 792,48	3 463,87	193,24%
Limpeza, higiene e conforto	1 649,21	12 270,12	-10 620,91	-86,56%
Outros serviços	4 316,84	5 604,68	-1 287,84	-22,98%
	9 892 312,34	11 680 885,71	-1 788 573,37	-15,31%

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma diminuição de 1.788.573,37 euros, que corresponde a uma percentagem de 15,31%.

A rubrica que mais contribuiu para esta diminuição foram os subcontratos, com uma diminuição de 1.813.841,04 euros (19,62%), seguida dos trabalhos especializados, com uma diminuição de 113.996,96 euros, que representa um decréscimo de 42,94% comparativamente com o ano 2021.

20.6. - Outros rendimentos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos suplementares	28 579,60	65 644,41
Descontos pronto pagamento	761,02	37,20
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	43 151,30	36 342,60
Excesso estimativa impostos	0,00	0,21
Restituição impostos	0,00	30 436,69
Correções relativas períodos anteriores	13 829,46	304,83
Rendimentos e ganhos em diferenças de câmbio	61 889,41	51 762,50
Outros rendimentos e ganhos	22 635,27	2 326,67
Total	170 846,06	186 855,11

O valor de rendimentos suplementares inclui 12.542,53 euros de cedência de gasóleo à empresa Tecnegi, Lda e o valor de 12.020,15 euros de encargos de mão-de-obra debitados à empresa PDM, Lda.

O valor registado na rubrica rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros diz respeito a mais valias obtidas na alienação de bens do ativo no montante de 23.728,17 euros e a indemnizações contratuais no montante de 19.423,13 euros.

O valor registado em outros rendimentos e ganhos é quase totalmente justificado pelo valor recebido referente a juros indemnizatórios, no montante de 23.364,54 euros, relativos a IRC devolvido referente ao ano de 1993. Foram anulados os juros debitados a cliente no valor de 1.377,73 euros.

20.7. - Outros gastos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	76 113,73	64 278,53
Descontos pronto pagamento	0,00	141,34
Em investimentos não financeiros	486,00	18 860,30
Restantes Investimentos financeiros	19,90	6,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	9 190,97	9 631,21
Donativos	470,00	3 370,00
Correções relativas períodos anteriores	23 268,59	7 295,25
Insuficiência estimativa impostos	2 533,98	0,00
Outros gastos	22 674,34	7 915,72
Total	134 757,51	111 498,35

A rubrica de outros gastos apresenta um aumento de 23.259,16 euros relativamente ao período anterior. Este aumento é sobretudo explicado pela rubrica de impostos, que apresenta um aumento de 11.835,20 euros, e pela rubrica correções relativas a períodos anteriores que aumentam relativamente ao ano anterior no montante de 15.973,34 euros. O valor registado na rubrica de outros gastos inclui o valor de 22.674,34 euros de multas.

Em sentido inverso a rubrica gastos e perdas em investimentos não financeiros apresenta uma diminuição de 18.374,30 euros relativamente ao ano anterior.

20.8. – Demonstração das alterações na capital próprio

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital realizado	615 000,00	615 000,00
Reservas legais	154 256,39	154 256,39
Outras reservas	453 739,93	271 554,59
Resultados transitados	3 021 898,81	2 882 997,83
Outras Variações Capital próprio	3 499,89	0,00
Resultado líquido do exercício	643 636,04	324 586,21
Total	4 892 031,06	4 248 395,02

O Capital Realizado e as Reservas Legais não tiveram qualquer variação em 2022, sendo que as Reservas Legais representam 25% do Capital Realizado.

O aumento das outras reservas foi influenciado pela constituição de 186.890,70 euros obrigatória pela utilização do benefício fiscal DLRR e pela reclassificação de Reservas Legais para Resultados Transitados de reservas cuja obrigação de manutenção das mesmas terminou (4.705,36 euros).

A variação dos Resultados Transitados é justificada pela transferência de 4.705,36 euros de Reservas Legais atrás explicado, 137.695,51 euros de resultados do ano anterior, e no sentido inverso da transferência de 3.499,89 euros para a rubrica Outras Variações no Capital Próprio referente a lucros não atribuídos relativos ao MEP com a Codal.

20.9. – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Desagregação dos movimentos ocorridos nos exercícios de 2021 e 2022:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Método direto:		
(1) Fluxo de caixa das atividades operacionais	1 238 477,63	2 069 539,11
(2) Fluxo de caixa das atividades de investimento	32 618,11	-388 402,22
(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-1 025 388,16	-1 426 617,63
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)	245 707,58	254 519,26
Efeitos das diferenças de cambio	-20,18	27 314,38
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 638 836,19	2 357 002,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 884 523,59	2 638 836,19
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo final – saldo inicial)	245 707,58	254 519,26

A Demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, que dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da empresa.

Os valores de caixa e seus equivalentes apresentam valores excluindo depósitos retenção e depósitos garantia.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais mantêm-se positivos apesar de apresentarem uma diminuição em relativamente ao ano anterior. Os fluxos de caixa das atividades de investimento registam uma melhoria apresentando-se positivos neste período.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 31 de março 2023.

Todos os pagamentos efetuados a fornecedores com recurso a confirmings foram classificados nos fluxos de caixa como fluxos de atividades operacionais.

21. - Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

21.1. - O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

As duas grandes atividades da empresa são as obras públicas que representam 98% do volume de negócios da empresa, e a exploração da pedreira que representa um volume de apenas 2% da faturação global da empresa.

O mapa em baixo detalha a divisão por tipo de atividade.

	Pedreira	Obras Publicas
Venda de bens:		
Mercado interno	373 136,37	0,00
Mercado comunitário	13 142,43	0,00
Outros mercado	0,00	480,00
Prest. de serviços:		
Mercado interno	0,00	17 164 446,80
Mercado comunitário	0,00	0,00
Outros mercado	0,00	113 406,71
Total	386 278,80	17 278 333,51

21.2. - Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de

revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.

Os honorários referentes a revisão legal de contas registados no ano 2022 foram de 8.820,00 euros.

Guarda, 31 de março 2023

O Contabilista Certificado



O Gerente